NORMA**RESOLUÇÃO Nº 014/2016-CPJ, DE 7 DE NOVEMBRO DE 2016**

Altera a Resolução nº 024/2012-CPJ, de 20 de setembro de 2012, que dispõe sobre o Plantão do Ministério Público do Estado do Pará, aos sábados, domingos, feriados e recessos forenses.

O COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 21 da Lei Complementar Estadual nº 57, de 6 de julho de 2006, e

CONSIDERANDO que a Constituição Federal de 1988 dispõe, em seu art. 127, que o Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis;

CONSIDERANDO o princípio constitucional da atividade jurisdicional ininterrupta emanado do no art. 93, inciso XII, da Constituição Federal;

CONSIDERANDO que os membros do Ministério Público ostentam a condição de agente político, razão pela qual não estão sujeitos à jornada de trabalho, não sendo possível aplicar aos Procuradores nem aos Promotores de Justiça os horários estabelecidos para os servidores do Ministério Público, para fins de delimitação dos horários em que devam oficiar.

CONSIDERANDO que a não sujeição à jornada de trabalho preestabelecida é prerrogativa de que goza o membro do Ministério Público, essencial ao pleno exercício das elevadas funções ministeriais;

CONSIDERANDO o disposto no art. 154, inciso VIII da Lei Complementar Estadual nº 057, de 2006, que comete ao membro do Ministério Público o dever de comparecer diariamente ao seu gabinete ou local de trabalho e nele permanecer durante o horário normal de expediente, salvo quando houver de comparecer à sessão do Tribunal de Justiça, à audiência judicial, realizar diligências ou atender compromissos externos relacionados ao exercício de suas funções;

CONSIDERANDO que é dever do membro do Ministério Público atender ao público na sede da respectiva Procuradoria ou Promotoria de Justiça, no horário normal de expediente, e atender aos interessados, nos casos urgentes, a qualquer momento conforme estatui o art. 154, inciso XI da Lei Complementar Estadual nº 057, de 2006;

CONSIDERANDO que o Conselho Nacional do Ministério Público – CNMP, nos autos do Procedimento Interno de Comissão nº. 0.00.000.000147/2016-75, consignou a desnecessidade da adoção de plantão presencial por parte dos Membros do Ministério Público; e

CONSIDERANDO, finalmente, a proposta do Procurador-Geral de Justiça submetida à deliberação deste Colégio,

R E S O L V E:

Art. 1º O art. 2º, caput e § 4º, e o art. 6º, § 2º, ambos da Resolução nº 024/2012-CPJ, de 20 de setembro de 2012, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 2º O plantão ministerial ocorrerá presencialmente aos sábados, domingos, feriados e dias de recesso forense, das 8 às 14 horas.

....

4º O atendimento dos casos urgentes, a qualquer momento, nos dias úteis, constitui dever do membro do Ministério Público e não configura situação de plantão, nos termos do art. 154, incisos VIII e XI da Lei Complementar Estadual nº 057, de 6 de julho de 2006, devendo os Promotores e Procuradores de Justiça permanecer dentro do raio de ação que lhes permita atender às chamadas urgentes direcionadas ao aparelho celular institucional ou ao aparelho celular cadastrado no Departamento de Recursos Humanos."

"Art. 6º

....

2º Para cada plantão ministerial, será disponibilizado um aparelho celular institucional, de utilização exclusiva durante o plantão, o qual ficará sob a responsabilidade do Procurador ou Promotor plantonista e deve ser por ele repassado ao membro que atuará no plantão seguinte."

Art. 2º Ficam revogados os §§ 3º e 4º do art. 6º, da Resolução nº 024/2012-CPJ, de 20 de setembro de 2012.

Art. 3º Fica autorizada a republicação consolidada da Resolução nº 024/2012-CPJ, de 2012.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação. SALA DE SESSÕES DO COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ, em 7 de novembro de 2016.

MARCOS ANTÔNIO FERREIRA DAS NEVES

Procurador-Geral de Justiça

ADÉLIO MENDES DOS SANTOS

Corregedor-Geral do Ministério Público

MANOEL SANTINO NASCIMENTO JUNIOR

Procurador de Justiça

RAIMUNDO DE MENDONÇA RIBEIRO ALVES

Procurador de Justiça

CLÁUDIO BEZERRA DE MELO

Procurador de Justiça

UBIRAGILDA SILVA PIMENTEL

Procuradora de Justiça

LUIZ CESAR TAVARES BIBAS

Procurador de Justiça

GERALDO DE MENDONÇA ROCHA

Procurador de Justiça

FRANCISCO BARBOSA DE OLIVEIRA

Procurador de Justiça

DULCELINDA LOBATO PANTOJA

Procuradora de Justiça

ALMERINDO JOSÉ CARDOSO LEITÃO

Procurador de Justiça

MARIZA MACHADO DA SILVA LIMA

Procuradora de Justiça

ANTÔNIO EDUARDO BARLETA DE ALMEIDA

Procurador de Justiça

RICARDO ALBUQUERQUE DA SILVA

Procurador de Justiça

ANA TEREZA DO SOCORRO DA SILVA ABUCATER

Procuradora de Justiça

MARIA DA CONCEIÇÃO GOMES DE SOUZA

Procuradora de Justiça

LEILA MARIA MARQUES DE MORAES

Procuradora de Justiça

ESTEVAM ALVES SAMPAIO FILHO

Procurador de Justiça

JORGE DE MENDONÇA ROCHA

Procurador de Justiça

MARIA DO PERPÉTUO SOCORRO VELASCO DOS SANTOS

Procuradora de Justiça

HEZEDEQUIAS MESQUITA DA COSTA

Procurador de Justiça

MIGUEL RIBEIRO BAIA

Procurador de Justiça

CÂNDIDA DE JESUS RIBEIRO DO NASCIMENTO

Procuradora de Justiça

MARIA DO SOCORRO MARTINS CARVALHO MENDO

Procuradora de Justiça

NELSON PEREIRA MEDRADO

Procurador de Justiça

ROSA MARIA RODRIGUES CARVALHO

Procuradora de Justiça

Protocolo: 125760

OUTRAS MATÉRIAS**EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS****Nº. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: 076/2016-MP/PA.**

Modalidade de Licitação: Pregão Eletrônico nº. 052/2016-MP/PA
Partes Contratantes: Ministério Público do Estado do Pará e a empresa OFFICE DO BRASIL IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO EIRELI - EPP (CNPJ: 11.094.173/0001-32).

Objeto: Registro de Preços para aquisição de aparelhos telefônicos.

Data da Assinatura: 30/11/2016.

Vigência: 01/12/2016 a 30/11/2017.

Preços Registrados:

ITEM	Especificações Técnicas Mínimas	Unidade	Quantidade Estimada	Preço Unitário	Preço Total Estimado
		Unid	500	30,24	R\$ 15.120,00
02	<p>APARELHO TELEFÔNICO ANALÓGICO, REGULAGEM DE DISCAGEM NO MODO TOM OU PULSE, DISPONIBILIDADE DAS FUNÇÕES MUTE (MUDO), REDIAL E FLASH, AJUSTE DE VOLUME, ALIMENTAÇÃO LINHA TELEFÔNICA COMPATÍVEL COM A CENTRAL TELEFÔNICA PÚBLICA/PABX, CABO DE LIGAÇÃO NA LINHA COM NO MÍNIMO 2,5M, COR PRETO.</p> <p>Marca Elgin Modelo Tcf2000</p> <p>Os materiais a serem empregados deverão obedecer rigorosamente:</p> <ul style="list-style-type: none"> - às normas e especificações deste termo; - às disposições legais da União e do Estado do Pará; - às normas da ABNT; - às normas internacionais consagradas, na falta das normas da ABNT; - às normas e regulamentos da ANATEL; - às prescrições e recomendações dos fabricantes. <p>Os equipamentos deverão estar acompanhados de todos os acessórios (cabos, conectores, interfaces, suportes, etc.) necessários à perfeita e completa instalação.</p>				

Foro: Belém

Ordenador Responsável: Marcos Antônio Ferreira das Neves.

Endereço da Contratada: Rua Vicente Soares da Costa 132A Jardim Primavera São Paulo SP CEP 02755-000.

Protocolo: 125850

EXTRATO DE NOTA DE EMPENHO

Partes: Ministério Público do Estado do Pará e Leandra Vital de Castro.

Objeto: Acompanhamento Musical (Arranjo e teclado) e Ensaios Prévios para 08 Eventos do Coral do Ministério Público do Estado durante o período Natalino .

Nº. da nota de empenho: 2016NE08628.

Dotação Orçamentária: UO: 12101; Programa de Trabalho: 03.122.1434.8332; Fonte 0101. Elemento de Despesa:3390-36.

Valor: R\$ 4.800,00 (Quatro Mil e Oitocentos Reais).

Data da Assinatura: 29/11/2016.

Ordenador Responsável: MARCOS ANTONIO FERREIRA DAS NEVES.

Protocolo: 125281

PORTARIA Nº 040/2016- CGMP/PA

O CORREGEDOR-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO que a Corregedoria-Geral do Ministério Público é o órgão orientador e fiscalizador das atividades funcionais e da conduta dos Membros do Ministério Público – art. 17, *caput* da Lei nº 8.625, de 12 de fevereiro de 1993 – Lei Orgânica Nacional do Ministério Público e art. 30, *caput* da Lei Complementar nº 057/2006, de 06 de julho de 2006 – Lei Orgânica do Ministério Público do Estado do Pará;

CONSIDERANDO que, nos termos dos arts. 17, I da Lei nº 8.625/93 e 37, II e 162 da LCE nº 057/2006, incumbe à Corregedoria-Geral do Ministério Público realizar inspeções e correições, como atribuição fiscalizadora da atividade funcional dos membros do Ministério Público;

CONSIDERANDO a necessidade de realizar inspeções ordinárias nos cargos das Promotorias de Justiça dos municípios de Cametá, Limoeiro do Ajurú, Mocajuba e Baião, como forma da atuação de fiscalização e orientação deste Órgão Correcional; bem como visando cumprir com o calendário das inspeções previstas para o corrente ano, e ainda da necessidade de realizar Avaliação do período de Estágio Probatório dos Membros deste *Parquet* que nesta condição se encontram no exercício dos cargos acima mencionados, estando este Corregedor-Geral impossibilitado de executar tal procedimento em razão da necessidade de serviço;

R E S O L V E:

I – DELEGAR, nos termos do art. 164, §§ 1º e 3º da Lei Complementar nº 057, de 06.07.2006, a Promotora de Justiça de 3ª entrância, Exma. Sra. Dra. SOCORRO DE MARIA PEREIRA GOMES DOS SANTOS, funções específicas para, na qualidade de Assessora da Corregedoria-Geral do Ministério Público do Estado do Pará, realizar Inspeções Ordinárias nos cargos das Promotorias de Justiça dos municípios de Cametá, Limoeiro do Ajurú, Mocajuba e Baião, no período de 12 a 15 de dezembro de 2016;

II – DESIGNAR o servidor efetivo deste Órgão Ministerial lotado na CGMP, Sr. FABRÍCIO JORGE ROSA DE VASCONCELOS, para auxiliar nos trabalhos inerentes às inspeções.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRE-SE.

GABINETE DA CORREGEDORIA-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO, em Belém, 03 de outubro de 2016.

ADÉLIO MENDES DOS SANTOS

Procurador de Justiça

Corregedor-Geral do Ministério Público do Estado do Pará

Protocolo: 125273